

AS ESCOLAS FECHARAM, A EDUCAÇÃO NÃO FICOU SUSPENSA

João Costa

Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Resumo:

Também na educação foi (e continua a ser) enorme o impacto da pandemia. De acordo com dados da UNESCO, mais de 1,5 mil milhões de crianças estiveram sem aulas, cerca de 90% dos estados tiveram as escolas com as portas fechadas. O vocabulário da educação passou a integrar, quase de um dia para o outro, novas palavras: álcool-gel, bolha, aula síncrona, regime misto, isolamento.

Palavras-chave:

Educação. Pandemia.

Abstract:

In education, the pandemic impact was (and continues to be) enormous, too. According to UNESCO data, more than 1.5 billion children were without classes, about 90% of States had schools with the doors closed. The vocabulary of education started to integrate, almost from one day to the next, new words: alcohol gel, bubble, synchronous class, mixed regime, isolation.

Keywords:

Education. Pandemic.

Escrevo este texto a pouco dias do Natal de 2020. Estamos, desde março, a gerir a pandemia e os seus múltiplos impactos, desde a saúde até alguns dos nossos direitos fundamentais. Sentimos o peso na vida de cada um de nós, na saudade do abraço, na dor dos que sucumbem perante a doença, no receio da normalização de tudo isto, nos terríveis impactos financeiros e económicos, na forma como nos relacionamos. Temos saudades de ver sorrisos sem ser na janela do computador. As prioridades no mundo alteraram-se subitamente e tivemos de encontrar respostas, em todos os setores, para problemas nunca antecipados e realidades absolutamente novas.

Também na educação foi (e continua a ser) enorme o impacto da pandemia. De acordo com dados da UNESCO, mais de 1,5 mil milhões de crianças estiveram sem aulas, cerca de 90% dos estados tiveram as escolas com as portas fechadas. O vocabulário da educação passou a integrar, quase de um dia para o outro, novas palavras: álcool-gel, bolha, aula síncrona, regime misto, isolamento.

Tivemos uma resposta de emergência, em que os profissionais da educação. Alteraram-se métodos, implementaram-se novas formas de avaliação, reconfiguraram-se apoios.

Questiona-se este livro sobre o pós-pandemia. 2020 ensinou-nos a não nos perdermos em grandes futurologias. Por isso, centrar-me-ei não tanto nas surpresas que ainda teremos, mas naquelas que me parecem ser consequências do momento que vivemos. Se recuarmos ao dia 1 de janeiro de 2020, sabemos que ninguém antecipava esta vida estranha em que estamos metidos. As escolas reabriram em setembro, depois de um encerramento inesperado, de uma adaptação rápida a formas diferentes de ensinar, mas também com o conhecimento adquirido que nos permite projetar o ano de forma diferente e perspetivar uma escola segura, saudável e de aprendizagens plenas.

Em março, quando as escolas foram encerradas, havia muito que não sabíamos: a duração do encerramento (recorde que foi reavaliado durante as férias da Páscoa), quando chegariam equipamentos de proteção individual para todos os cidadãos, as taxas de infeção grave em crianças e jovens, como ensinar em modelos remotos, os impactos do ensino remoto para muitos alunos. A própria opinião pública flutuou, consciente da incerteza. Em março e abril pediam-nos para fechar escolas. Em maio para não abrir, quando se abriu o ensino secundário parcialmente. Em junho para abriremos para os mais

novos. Uma oscilação natural, porque nesta crise, todos gerimos o desconhecido, a proteção individual e coletiva e o medo que está associado.

Já sabemos mais sobre todas estas dimensões. Já rotinámos procedimentos de higiene. O distanciamento já não nos é completamente estranho. O uso de máscara já não é novidade. Há máscaras acessíveis. Dominamos melhor plataformas e técnicas de ensino. A cibersegurança é maior. E já sabemos que pode ser necessário fechar, como sabemos que, para muitos, a distância não funciona.

Neste contexto, as escolas e o Ministério da Educação, durante o verão de 2020, não prepararam um ano letivo nos termos normais, mas um ano letivo com múltiplas formas de organização em função da evolução da pandemia. Apresento aqui exemplos das medidas adotadas durante este ano letivo.

1. **A preparação antecipada de vários regimes.**

Para que a pandemia não nos apanhe de surpresa, as escolas prepararam formas de funcionamento para a necessidade de encerramento parcial ou total. Sendo o ensino presencial a regra, como é normal em qualquer ano letivo, as escolas organizaram, com o apoio de roteiros disponibilizados pelo Ministério da Educação em julho, como funcionar em regimes mistos, em que os alunos têm parte das aulas presenciais e parte em trabalho autónomo, e em regime não presencial. Esta cenarização foi fundamental para que toda a escola possa fazer uma transição rápida e de qualidade em caso de necessidade. Esta transição entre regimes decorre sempre das orientações das autoridades de saúde, conforme o estabelecido entre as áreas governativas da educação e da saúde. Há setores particularmente afetados pelo ensino não presencial, como o ensino artístico e o ensino profissional. A antecipação permite que também sejam estudadas por cada escola, com antecedência, as formas de possibilitar a realização de componentes práticas em segurança

2. **A presencialidade como garantia de igualdade.**

No terceiro período do último ano letivo, o sistema educativo respondeu de forma urgente e rápida. O papel dos professores e das direções e lideranças intermédias foi fundamental para se continuar a garantir o direito à educação. Contudo, desigualdades que já marcavam o nosso sistema agravaram-se e, em alguns casos, de forma

muito grande. A dependência dos encarregados de educação tornou-se maior. A desigualdade de condições de estudo em casa – espaço individual, acesso a recursos informáticos – foi impeditiva de aprendizagens para muitos. A diminuição de sinalização de crianças às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens foi preocupante. Percebeu-se também que a aprendizagem dos mais novos, com muito menor autonomia, se fez com muito mais dificuldade. Por este motivo, identificaram-se grupos específicos a que não se devem aplicar o ensino misto e não presencial: alunos até ao segundo ciclo, alunos que beneficiam de terapia em contexto escolar, alunos em risco sinalizados pelas CPCJ, alunos com quem a escola não consegue manter contacto. Proteger estes grupos é travar o acelerador de desigualdades que esta pandemia trouxe.

3. **A escola como espaço seguro.**

As escolas prepararam-se para receber os alunos, mas a responsabilidade é de todos, incluindo das famílias. Num tempo em que a Cidadania é currículo, as escolas desenvolveram o que preconiza a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania: o respeito por todos, o cuidado com a saúde, a responsabilidade individual como garante do bem-estar de toda a comunidade. As escolas têm gel e máscaras, percursos assinalados, cantinas adaptadas, organização para funcionamento em bolhas, mas isto não é suficiente. Alunos e encarregados de educação precisaram de cumprir a sua parte não tendo nem legitimando comportamentos e atitudes que põem em risco a saúde de todos. Com o compromisso de todos e em cooperação sadia e promotora de saúde, conseguimos chegar a dezembro com a evidência de que as escolas se constituíram como os lugares mais seguros do país.

4. **A recuperação e consolidação de aprendizagens.**

Sabemos que houve aprendizagens perdidas no final do ano letivo passado. Sabemos que, em muitos casos, houve um total afastamento do registo académico, menos leituras feitas, menos escrita. Ao longo deste ano e até dos próximos, é preciso recuperar e consolidar, identificando-se também aquelas áreas do currículo que são impeditivas de progressão. Por exemplo, é possível ler uma obra sem ter lido uma outra, mas é difícil aprender a ler com fluência se não tiver

descoberto a relação entre grafemas e fonemas. Neste sentido, o calendário escolar previu um tempo dedicado a um trabalho de identificação de dificuldades, de incidência sobre áreas que têm de ser desenvolvidas, para que todo o processo de consolidação e de aprendizagem se proceda com maior segurança ao longo de todo o ano. Conscientes de que este trabalho não é coerente com programas extensos, as escolas receberam orientação para um foco no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e nas *Aprendizagens Essenciais*, sendo que estas já resultam de um trabalho desenvolvido no sentido de emagrecimento do currículo.

5. **Os Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário.**

Conforme especialistas da área da Psicologia têm sinalizado, a pandemia trouxe também as consequências que o confinamento trouxe à saúde mental. Houve alunos que estiveram muito tempo fechados em ambientes de conflitualidade, de violência ou que simplesmente viram a sua ansiedade alterada devido ao isolamento. Há crianças e jovens que viram interrompidos abruptamente laços que estavam a criar com a instituição e com os colegas. Por isso, o Ministério da Educação desafiou as escolas a candidatarem planos conducentes ao recrutamento de técnicos especializados para a intervenção nestes domínios, assumindo-se, em coerência com o *Perfil dos Alunos* e com os princípios da Educação Inclusiva, que o bem-estar individual e comunitário é simultaneamente pré-requisito e objetivo da escola. As escolas responderam com mais de 600 planos de grande interesse, o que permite a afetação de 900 técnicos que incluem psicólogos sociais e educacionais, mediadores socioculturais, artistas residentes, assistentes sociais. Não se trata apenas de colocar recursos nas escolas, mas de fazê-lo com intencionalidade e com o compromisso de associar estes recursos à redução das desigualdades.

6. **O Apoio Tutorial Específico e o Mentorado.**

As desigualdades aprofundam dificuldades. Desde 2016, implementou-se o acompanhamento tutorial aos alunos, que visa o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, ajudando-os a organizar o estudo, a questionar a sua atitude face à escola, identificando as barreiras que os impedem de aceder ao currículo. O trabalho de

acompanhamento desta medida pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência revela uma melhoria no sucesso dos alunos envolvidos, bem como na sua assiduidade e comportamento. Sabendo que as dificuldades foram acrescidas, foi alargado o âmbito desta medida para todos os alunos com insucesso no ano letivo passado e também para os alunos do ensino secundário. Este reforço do apoio tutorial representa um forte investimento, na medida em que estas atividades com grupos de 10 alunos são desenvolvidas no horário letivo dos professores. A par desta medida, desenvolveu-se a partir deste ano um programa de mentorado, em que os alunos são convidados a fazer parte do apoio aos seus colegas. Esta medida parte do pressuposto de que, quando algum aluno tem alguma dificuldade acrescida, isso não é só problema dele, também é um problema do aluno com mais facilidade. Por isso, os alunos são convidados a ajudar os seus colegas, promovendo uma escola que não é um campeonato individual, mas sim um espaço de cooperação e colaboração.

7. **A Transição Digital na Educação.**

A pandemia acelerou a urgência da transição digital na educação, porque evidenciou as desigualdades entre os alunos com e sem computador, com e sem conectividade. O Programa do Governo já inscrevia este plano de transição digital, pelo que deve ser claro que as medidas em curso são independentes da pandemia. O plano prevê a formação de professores, a distribuição de equipamentos – priorizando os alunos mais carenciados – a utilização de recursos digitais. Pretende-se um triângulo infraestrutura – intencionalidade pedagógica – capacitação dos professores. Este trabalho já arrancou, com a distribuição dos primeiros equipamentos e kits de conectividade, potenciando uma escola mais assente no acesso a múltiplas fontes de conhecimento, a novas formas de colaboração entre alunos e professores, ao desenvolvimento de pensamento computacional e literacia de informação. Se algo esta pandemia confirma é que nada substitui a relação professor-aluno que se estabelece no contacto presencial. Mas essa relação pode ser complementada – nunca substituída – por outros recursos.

8. **A arte e a cultura na escola.**

Se não nos cuidamos, o contexto de pandemia pode tornar-se um momento de ditadura do vírus,

em que todos nos movemos apenas e só em função do que é imediatamente acessível e utilitário. Uma das maiores riquezas do sistema educativo é a possibilidade de alargar horizontes culturais, de abrir a mente a outras possibilidades e interpretações. A pandemia convida à criatividade e requer uma educação em que não nos limitamos a reproduzir o que funcionou noutros contextos. A arte assume este papel fundamental na educação que não pode ser desprezado, prejudicado ou confinado: trabalha as emoções, traz bem-estar, traz valor e capacidade de sonhar, traz esperança para além do vírus e desenvolve o pensamento criativo. Por este motivo, previmos que as atividades culturais se desenvolvam, através de um coordenação do Plano Nacional das Artes e em conjunto com os agentes culturais, um conjunto de iniciativas que permitem que a arte e a cultura não deixem de ir à escola e que a escola não se torne um espaço sem janelas abertas para a arte. Este é um trabalho específico, mas também outros programas como o Plano Nacional de Leitura têm vindo a produzir recursos que potenciam este enriquecimento cultural do currículo.

Ninguém tem dúvidas sobre a complexidade deste período que vivemos. Mas há certezas que temos. Não podemos privar as crianças da aprendizagem ou da proteção social que a escola confere, porque estudar é uma condição essencial para o crescimento saudável e para a preservação da democracia.

A pandemia trouxe as suas lições e forçou alterações no sistema educativo, para além das que já aqui listei. Há quatro aspetos que me parecem fundamentais como marcos para o planeamento do futuro da educação.

Nenhuma máquina substitui um professor.

Educar é um ato relacional. O cérebro vai à escola, mas também vão o corpo e as emoções. Os melhores algoritmos do mundo não substituem o olhar atento do professor ao aluno que está perdido ou o que se intui a partir da postura. O algoritmo não vê o brilho nos olhos do aluno que entende o que se lhe explica. Por isso, apesar de passarmos a dominar novas técnicas, desenganem-se os que pretendem um ensino em que a digitalização substitui a relação. O digital faz falta, mas como um instrumento de trabalho e de aprendizagem.

Só a escola presencial é elevador social – a diversidade é a norma.

A escola garante mobilidade social, porque é

transmissora de conhecimento – o principal instrumento para a tomada de decisão esclarecida – mas também porque garante aos que menos têm a atenção personalizada, a refeição que não existe em casa, a proteção quando está em risco, o afeto que falha noutros espaços. Se é verdade que a pandemia acelerou desigualdades, também é verdade que ainda estamos longe de conseguir desenhar currículo e procedimentos pedagógicos para que os que começam mais atrás não fiquem sempre no último lugar da corrida.

É preciso continuar a trabalhar a avaliação.

Com tanto trabalho desenvolvido, os principais debates públicos no início do confinamento foram sobre avaliação – na verdade sobre classificações. A nota final é do segundo período? A média é esta ou aquela? É justo avaliar os alunos em ensino a distância? Torna-se evidente que, em linha com o trabalho iniciado com a publicação do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e com os referenciais para avaliação inscritos na legislação recente sobre currículo e educação inclusiva, é preciso diferenciar na avaliação para que esta seja justa, diversificar instrumentos de avaliação para que não se ache que se faz à distância o que se aplica em condições radicalmente diferentes no regime presencial. Torna-se urgente esclarecer mais uma vez que toda a avaliação é eminentemente formativa, caso contrário não cumpre a sua função. Em suma, entender que avaliar não é classificar.

O sentido de ser comunidade educativa.

Os papéis de cada um foram bastante alterados. Os pais estão mais conscientes do trabalho que os filhos fazem e são chamados a um apoio maior. Os professores estão mais expostos, porque ao invadirem a casa dos alunos têm também mais olhos postos na sua aula. Ser comunidade nunca foi tão importante. Já sabíamos que a qualificação académica dos pais é preditor do sucesso escolar. Mas não tem de ser assim. Citando o Professor Joaquim Azevedo: “a escola é democrática, mas não é justa” quando não garante sucesso a todos, porque tantas vezes o sucesso depende de uma família por trás. A pandemia abre-nos os olhos que entram pelas casas das famílias. Nada é novo, mas entende-se a dimensão ecossistémica da escola. Todos dependemos de todos e não é justo esperar que tudo caia em cima dos ombros de um só, seja do professor, do aluno, da família ou de quem mais estiver envolvido. Educar implica colaborar, o que se tornou evidente nas plataformas de colaboração online que se criaram.

Relação, visibilidade, diferenciação, colaboração. Já eram necessárias. O vírus tornou-as evidentes. Também tornou evidente a importância de uma investigação sobre a escola que é mais do que reflexão. Tem de ser prática e proximidade. Tem de sugerir o que fazer, em vez de constatar apenas o que poderia ser. A escola faz-se de prática, sustentada em teoria, mas vivida em métodos, recursos e instrumentos concretos, a aplicar nas aulas reais, com os alunos de carne e osso. Levaremos desta pandemia novas técnicas e meios. Mas só levaremos mudança se os velhos desafios da mobilidade social, da justiça educativa, da inclusão, tornados agora tão evidentes, forem definitivamente assumidos como a função principal da escola.
